

ANÁLISE POLÍTICO MILITAR DA ACTUAL SITUAÇÃO NA GUINÉ  
\*\*\*\*\*

É do conhecimento geral que o motivo principal do impasse das negociações de Argel consiste na facto de o governo português não aceitar o reconhecimento da República da Guiné-Bissau. São apontadas como causas desta posição as seguintes:

- Desvio da linha traçada pelo programa do M.F.A.;
- Colocação das NT na situação das tropas invasoras; e
- possível imposição pelo governo português da realização de um referendo na Guiné.

Em relação ao primeiro ponto observa-se que já houve uma tentativa por parte do MFA em Lisboa de alterar o texto que, se poderá estar correcto no que se refere aos casos de Angola e Moçambique, outrotanto se não verifica em relação ao Estado da Guiné-Bissau já reconhecido por 86 países. Ora, para cumprir o programa do MFA quando no mesmo se afirma que "o governo provisório respeitará os compromissos internacionais decorrentes dos tratados em vigor" pois que sendo Portugal um país membro da ONU terá de se submeter às suas determinações, é sabido que esta organização se pronunciará nas próximas reuniões a favor do reconhecimento deste Estado uma vez que a maioria dos seus países membros já tomou esta atitude.

Nota-se que na resolução nº 3061 da Assembleia Geral da ONU de 09 SET73 se fala de ocupação ilegal de alguns dos sectores da Rep Guiné-Bissau pelas forças portuguesas. Esta determinação, à qual toremos de nos submeter, permite até integrá-la no programa do MFA no sentido de ser possível ao governo provisório, independentemente de qualquer consulta reconhecer a Rep Guiné-Bissau.

Em relação ao segundo ponto sublinha-se o facto de, no consenso internacional, a nossa situação ser já a de invasores tendo até a própria ONU declarado essa situação relativamente às áreas libertadas pelo PAIGC. Observa-se que um reconhecimento neste momento feito por Portugal exigiria uma tomada de posição por parte do PAIGC no que se refere à situação posterior das NT neste Estado.

Como último ponto, a imposição do referendo para o caso da Guiné, além da impossibilidade técnica da sua realização (existem populações sob o nosso controle, nas áreas libertadas e nos países limítrofes), a realizar-se, seria uma medida impolítica que colocaria Portugal em posição delicada e inaceitável perante o mundo.

Em face da situação descrita na análise dos aspectos socio-económicos da Guiné, chegou-se a um ponto em que é absolutamente indispensável traçar as grandes linhas de rumo (políticas, sociais e económicas) o que só é possível em estreita coordenação com os quadros respectivos do PAIGC. Assim, é urgente a integração dos quadros dirigentes do PAIGC nas actuais estruturas governativas da Guiné. Ora, é sabido que o PAIGC só tomará esta atitude após o reconhecimento da Rep. Guiné-Bissau.

...//...

Criou-se assim um impasse em que se torna impossível traçar qualquer programa governativo sem correr o risco de entrar em contradição com o linha a seguir pelo governo da Guiné-Bissau.

Entretanto, aumenta a actividade dos grupos oportunistas que, sem qualquer representatividade, agitam a população propondo-lhe soluções que, devido à sua impreparação política, são susceptíveis de aliciamento.

por outro lado diminuiu o moral das NT, tornando-se mais difícil a preservação da disciplina, devido ao desconhecimento de objectivos concretos a prosseguir, à incerteza da sua situação e à inexistência de qualquer actividade útil e conseqüente motivação para a sua permanência.

Este sombrio panorama completa-se com o facto de Portugal não prestar o apoio indispensável (directivas, informação, apoio financeiro) à acção governativa local.

Estes factos conjugam-se para, a muito curto prazo, se atingir na Guiné uma situação altamente crítica e dificilmente controlável por quem quer que seja.

JORGE SALES GOLIAS

Cap. ENG<sup>o</sup>. TA